



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA DA REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO**

**LOCAL:** Florianópolis.Virtual.

**DATA:** 14 de fevereiro de 2022

**HORÁRIO:** 13h30min

**PRESENTES À REUNIÃO/Virtual**

**SES:** Jane Laner Cardoso (DAPS), Jaqueline Reginatto (SUR), Carmem Delziovo (SPS), Marcus Guckert (GEARS), Mariana Kliemann Marchioro (DIAF), Amanda de Abreu (DIAF), Grace Ella Berenhauser (GEOA), Helma Finta Uba (GEPRO), Manoela de Bona (GPLAN), Jaqueline Reginatto (SUR), Eloana Ramos (SUR).

**COSEMS:** Fábio de Souza (COSEMS), Priscila Meira (COSEMS), Tiago Simon (Xanxerê), Odair Felipe (Seara), Elisabeth Bachmann (Jaraguá do Sul), Thaise Alana (Florianópolis), Uiara Rautenberg Silva (Blumenau), Talita Rosinski (Florianópolis), Marcelo Miles (Foz do Itajaí), Odila Maria Waldrich (COSEMS), Jocivania Pesenti (COSEMS), Dirceu Perondi (COSEMS), Roseclair Barros (COSEMS), Juliana P. Campagnoni (xx), Rúbia (Criciúma), Michelle Voss (Laguna).

**COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: CARMEM DELZIOVO**

**PAUTA**

- 01 - Definição do Recurso da PT nº 3.829/21 – retomada atendimentos COVID (Reabilitação);
- 02 - Nova forma de prestação de Contas da Campanha de Cirurgias Eletivas;
- 03 – Revisão da Prestação de Contas da Campanha de Cirurgias Eletivas do município de Blumenau;
- 04 - Deliberações CIB nº 71/21 – problemas no cumprimento das pactuações e oferta;
- 05 – PET SCAN: aumento da Cota para a região SUL;
06. Atendimento fila de Espera Saúde Auditiva - encontro contas extra teto – ATPCD (SUR);
7. Portaria 3.872, 23 de dezembro de 2021, republicada em 21 de janeiro de 2022 ANEXO I - FAEC - Reabilitação pós Covid –19 – ATPCD (SUR);
8. Revisão das Diretrizes para Atenção à Saúde das Pessoas traqueostomizadas e /ou laringectomizadas (Delib. 202/CIB/2019 – ATPCD (SUR);
9. Revisão das Diretrizes para Atenção à Saúde das Pessoas com ostomias intestinais, urinárias e/ou fístulas cutâneas (Deliberação 213/CIB/2017) – ATPCD (SUR).

**1. - DEFINIÇÃO DO RECURSO DA PT Nº 3.829/21 – RETOMADA ATENDIMENTOS COVID (REABILITAÇÃO)**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

46 Carmem Delziovo, Superintendente de Planejamento da SES, inicia informando que  
47 SC foi o estado que mais realizou cirurgias eletivas em 2021, segundo o Ministério  
48 da Saúde. Com exceção de alguns municípios, houve excedente de produção. A  
49 SES como o Cosems foram ao MS solicitar recurso. O MS fez uma nova  
50 distribuição, considerando que nem todos os estados executaram as metas  
51 programadas de cirurgias eletivas. Para SC, nessa nova distribuição por meio da  
52 Portaria MS 3.829/2021 foi repassado R\$ 8.236.300,00, recurso pontual, Foi feita  
53 Deliberação ad referendum para o recurso vir para o estado. Carmem esclarece  
54 que, a partir de outubro de 2021, o estado custeou toda a produção de cirurgias  
55 eletivas. Anteriormente a outubro, pode haver algum município que não tenha  
56 recebido o recurso da faixa federal. O recurso era para o pré-operatório e para o  
57 prêmio. Carmem coloca que o primeiro passo é fazer o encontro de contas com os  
58 municípios que não receberam da faixa federal anterior a outubro de 2021, que  
59 podem ser municípios de gestão plena. Fábio de Souza (Cosems) lembra que o  
60 recurso é parcela única. Lembra ainda que desde anos anteriores, SC é líder em  
61 cirurgias eletivas e não vem recebendo o recurso devido. Cita que já houve  
62 solicitação ao MS desses recursos e não houve devolutiva do MS. Fábio pensa que,  
63 realmente, a proposta é o ressarcimento da produção de cirurgias eletivas não  
64 pagas. Seria uma forma de ressarcir quem aderiu e executou e não recebeu o  
65 pagamento devido. Norival (SES) cita que não houve tempo hábil para levantar toda  
66 a produção excedente que não foi paga até o momento para elaborar uma proposta  
67 exata, isso é, quanto desse recurso ficaria para a SES e quantos para os  
68 municípios. Se houver tempo hábil para o levantamento da produção, a proposta  
69 poderá ir para a próxima CIB.

70 **Encaminhamentos:** Carmem sugere levar a proposta para a CIB após o  
71 levantamento da produção excedente anterior a outubro de 2021 e após esse  
72 período, para pactuação. Produções que não foram pagas.

73

74 **02 - NOVA FORMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAMPANHA DE CIRURGIAS ELETIVAS**

75 Carmem Delziovo cita que o Cosems por meio de Fábio de Souza comentou que  
76 estão com dificuldades de entender essa apresentação da prestação de contas das  
77 cirurgias eletivas. Fábio cita que a prestação de contas feita pelo estado ficou muito  
78 densa, de difícil compreensão e clareza. Que anteriormente, era trazido faixa  
79 numérica e outras informações necessárias, além de trazer uma Nota informativa  
80 com orientações sobre a prestação de contas. Fábio sugere que sejam colocadas  
81 as faixas numéricas na prestação de contas e uma Nota Informativa com os  
82 esclarecimentos. Eduardo Carpes (GECO) cita que o que mudou na prestação de  
83 contas com relação a prestação de contas feita anteriormente, ficaram divididos por  
84 gestão municipal e estadual e por prestador, diferente das contas anteriores que  
85 traziam por procedimentos. Nessa primeira tabela, traz a faixa estadual que paga os  
86 procedimentos. A segunda tabela traz a faixa federal e a terceira tabela traz a PPI  
87 que paga os pacotes e os prêmios. A PPI não paga os procedimentos, mas paga os  
88 prêmios e os pacotes com exames. Seguindo, Eduardo Carpes cita que dentro da  
89 ambulatorial segue a mesma lógica dentro do SIA. A primeira etapa, processados  
90 os procedimentos executados com faixa estadual, sendo o pacote e o prêmio. Os  
91 procedimentos de oftalmologia serão pagos com recurso da PPI. Em seguida, faixa  
92 ministerial, que pagam os procedimentos, mas os pacotes e os prêmios são pagos  
93 pelo estado. Por fim, somente faixa PPI. Aqui na faixa PPI está zerada a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

94 quantidade, pois paga somente os pacotes e prêmios. Após essas relações,  
95 apresentam as lâminas de Shiver. Por fim, o resumo do valor total, somando faixa  
96 estadual e federal com os respectivos pacotes e prêmios. Esse foi o novo modelo  
97 apresentado na prestação de contas segundo Eduardo Carpes. Carmem esclarece  
98 que o pacote trata-se do pré e pós-operatório. Fábio cita que, com essa  
99 apresentação ficou mais clara, mas ainda continua densa. Para os gestores  
100 continua confusa, sobretudo para gerar as faixas. Fábio sugere disponibilizar todas  
101 as faixas estaduais utilizadas até outubro de 2021, pois essas já seriam faixas  
102 faturadas.

103 **Encaminhamentos:** Cosems e SES em conjunto, estudarão uma forma mais  
104 aprimorada de apresentação de contas das cirurgias eletivas. Fábio de Souza  
105 contatará os municípios para identificar sugestões necessárias para que a  
106 prestação de contas fique mais clara para todos. Na próxima reunião poderá ser  
107 apresentado o novo formato.

108

109 **03. REVISÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAMPANHA DE CIRURGIAS ELETIVAS DO**  
110 **MUNICÍPIO DE BLUMENAU**

111 Fábio de Souza (Cosems) coloca que Blumenau deveria oficializar a SES a revisão  
112 da prestação de contas. Fábio cita que foi feita a revisão pela SES e que trouxe  
113 para a reunião para verificar como ficará o ressarcimento para Blumenau. Uiara R.  
114 Silva (Blumenau) refere que houve um problema técnico no processamento via MS.  
115 Como houve parecer técnico por parte da SES favorável, aguarda o posicionamento  
116 da Câmara Técnica. O valor a ser ressarcido para Blumenau é referente à produção  
117 processada e não paga. Carmem solicita o documento de Blumenau que foi  
118 encaminhado para o Cosems que consta o valor de R\$ 108.000,00 para  
119 ressarcimento. O envio do processamento foi enviado dentro do prazo conforme  
120 informação de Blumenau. A produção a ser ressarcida é da competência agosto de  
121 2021. Não houve problemas por parte de Blumenau.

122 **Encaminhamentos:** Carmem Delziovo encaminhará para o pagamento.

123

124 **04 - DELIBERAÇÕES CIB Nº 71/21 – PROBLEMAS NO CUMPRIMENTO DAS PACTUAÇÕES E**  
125 **OFERTA.**

126 Fábio de Souza refere que trouxe o item para a reunião e cita que melhorou  
127 bastante o fluxo com a normatização na Deliberação 71/2021. Mas existem  
128 pontualidades como quando o município residente solicita o resgate; quando há  
129 uma pactuação em CIB, essa pactuação deve estar disponibilizada, pois, após a  
130 pactuação ela já entra em vigor. Outra questão é o fluxo que consta na 71/2021 que  
131 são as pactuações com os hospitais da SES. Solicita a SES o que pode ser trazido  
132 para melhorar esse processo, no remanejamento de teto. Carmem Delziovo cita que  
133 é necessário, em conjunto, SES e Cosems, construírem uma normatização mais  
134 aprimorada da PPI. Cita ainda que é necessário formar uma equipe para equalizar a  
135 oferta com a necessidade e não depender somente da regulação. Hanna Barcelos,  
136 Gerente de Contratualização, refere que já vem conversando com o Cosems sobre  
137 esse fluxo das pactuações e repactuações da PPI. O que se está percebendo é que  
138 o volume de solicitações de pactuações vem crescendo e isso gera modificações  
139 nos contratos e não dá nem para o gestor se organizar. A maioria dos municípios  
140 possui um só hospital, mas outros não, como é o caso da SES que precisa  
141 modificar o contrato para dar o acesso. Caso contrário, se pactua, mas o acesso



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

142 não é fornecido. “É brincar de dar acesso” cita Hanna. A proposta é realizar  
143 remanejamentos a cada 3 meses ou cada 4 meses como já era feito antigamente.  
144 Hanna sugere, conjuntamente, SES e Cosems, discutir sobre a melhor maneira de  
145 pactuar e repactuar. Há Deliberações com muitas modificações contratuais. Cláudia  
146 Gonsalves, Superintendente de Regulação da SES, sugere iniciar a nova forma de  
147 contratualização com a Região Sul, dos contratos do Sul com a SES. Cita que  
148 quando foi citado São Miguel do Oeste, já havia sido iniciada a revisão do contrato.  
149 Thaise Alana Goronzi (Florianópolis) questiona sobre o contrato das pactuações  
150 das Linhas de cuidado. Cita que possuem contrato com a SES. Sugere propor um  
151 fluxo entre os municípios sobre a oferta de serviços. Talita (Florianópolis) cita que  
152 parte das angústias passa pela necessidade de se fazer a revisão da PPI  
153 Ambulatorial. Esse movimento é a necessidade de visitar a PPI Ambulatorial, pois  
154 não existe clareza como se dá esse acesso. Os municípios solicitam pactuações  
155 para outros municípios quando é recusado acesso em algum município em que  
156 esteja a pactuação de um serviço que ele não dispõe em seu município. E isso, fica  
157 como um jogo para lá e para cá.

158 **Encaminhamentos:** Discutir conjuntamente novos prazos de remanejamentos de  
159 pactuações para possibilitar a atualização dos contratos.

160

161 **05 – PET SCAN: AUMENTO DA COTA PARA A REGIÃO SUL.**

162 Fábio de Souza (Cosems) coloca que a Região Sul está solicitando o aumento da  
163 cota de exames de Pet SCAN. Cita que havia previsto para Criciúma uma cota,  
164 mas, eles possuem capacidade para ampliar essa cota física. Letícia (Criciúma)  
165 informa que encaminhou ofício para o estado, solicitando a retificação da  
166 Deliberação 186/2021 para que fosse ampliada a cota física dos exames. Pelo  
167 levantamento feito pela central de regulação de Criciúma, o prestador possui  
168 capacidade instalada para realização de 35 exames/mês. Cita que Criciúma solicita  
169 também no ofício, ressarcimento de teto. Cláudia Gonsalves refere que o ofício  
170 encaminhado ao estado em 2021 foi respondido e arquivado. E, o ofício que foi  
171 reencaminhado à SES em 2022, Cláudia cita que não recebeu ainda. Letícia cita  
172 que na pactuação possuem 15 exames, mas, possuem capacidade instalada para  
173 realização de 35 exames. Carmem Delziovo esclarece que não existe recurso novo,  
174 mas, estudarão a demanda para verificar o encaminhamento a ser dado.

175 **Encaminhamentos:** Aguardar o levantamento das demandas, filas e cotas.  
176 Carmem solicita à Letícia de Criciúma as demandas existentes, por email.

177

178 **06. ATENDIMENTO FILA DE ESPERA SAÚDE AUDITIVA - ENCONTRO CONTAS EXTRATETO –**  
179 **ATPCD. (SUR)**

180 Jaqueline Reginatto, Coordenadora de pessoas portadoras de necessidades  
181 especiais, com relação à fila de espera da saúde auditiva, coloca que é uma  
182 demanda do Gabinete do Secretário, que foi feito um levantamento do número de  
183 pacientes em fila de espera por prestador, que há um prestador estadual que é a  
184 Otovida e 04 prestadores na gestão municipal. A GECON fez o levantamento dos  
185 termos de compromissos, os recursos repassados 2020 e 2021. Cita que havia uma  
186 sobra de recurso que foi pactuado para atendimento em saúde auditiva. Mesmo  
187 assim, ainda uma sobra, mesmo que o gestor municipal tenha passado o recurso  
188 para o prestador mediante produção e o pagamento pelo estado do prestador de  
189 sua gestão. Fábio de Souza lembra que foi pactuado em 2020 o mutirão para



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

190 protetização em saúde auditiva. Foram alocados recursos extras para cumprir essa  
191 demanda do mutirão para a redução da fila. Fábio questiona se já houve o encontro  
192 de contas desse recurso alocado para o mutirão em 2020. Jaqueline esclarece que  
193 foi feito o encontro de contas do recurso alocado em 2020 para poder repassar esse  
194 recurso novo que ainda sobra. Fábio de Souza cita que soube na reunião prévia do  
195 Cosems que o Sul não estaria conseguindo acesso. Letícia (Criciúma) cita que está  
196 com sobra de teto de 2021 e está com demanda reprimida. Jaqueline Reginatto cita  
197 que Criciúma está com sobra de teto e a Otocenter está com capacidade para  
198 ampliar o atendimento. Carmem lembra que deverá constar no contrato e inserir no  
199 SISREG a ampliação do teto para já dar início ao atendimento, caso o município  
200 formalize a capacidade de ampliação. Talita (Florianópolis) refere que há uma  
201 diferença de R\$ 90.000,00 entre o contrato e o que está na Deliberação 009/2022  
202 para o Município de Florianópolis assumir a gestão da Otovida. Cita que precisariam  
203 estar treinando os técnicos para assumir efetivamente a gestão da Otovida. Hanna  
204 Barcelos esclarece que a Deliberação será retificada para corrigir o valor de acordo  
205 com a competência assumida pelo Município. O contrato vigorará a partir de abril.  
206 Claiton Camargo, Secretário Municipal de Lages, refere que deveriam solicitar uma  
207 avaliação na Câmara Técnica de Regulação o andamento da fila de saúde auditiva  
208 executada pelo mutirão. Odair Jose Fellipe (Herval do Oeste) sugere avaliar por  
209 região.

210 **Encaminhamentos:** Dar um prazo até 25 de fevereiro para o retorno das  
211 informações sobre a situação das filas em cada prestador. Fábio de Souza entrará  
212 em contato com os coordenadores de CIRs para identificar se está ocorrendo o  
213 acesso com os prestadores que receberam o recurso para o mutirão.

214

215 **7. PORTARIA 3.872, 23 DE DEZEMBRO DE 2021, REPUBLICADA EM 21 DE JANEIRO DE**  
216 **2022. ANEXO I - FAEC - REABILITAÇÃO PÓS COVID –19 – ATPCD (SUR).**

217 Jaqueline Reginatto, Coordenadora de pessoas portadoras de necessidades  
218 especiais, cita que a Portaria MS 3.872 de 23 de dezembro de 2021 inclui  
219 medicamentos e cita que o financiamento será FAEC por 06 meses, podendo ser  
220 prorrogado por mais 06 meses. Traz dois códigos de procedimentos: reabilitação  
221 pós-covid e a reabilitação cardiorespiratória pós covid. Essa política de reabilitação  
222 passou em CIB na Deliberação 274/2021. Nas macrorregiões que teriam CER,  
223 seriam priorizados. Jaqueline já foi contatada por alguns serviços. Da Deliberação  
224 274/2021, Jaqueline cita que recebeu 02 processos. Fábio de Souza cita que  
225 Jaqueline deveria ver com o MS até onde pode ser pago e como será pago, de  
226 acordo com as habilitações, cadastro. Jaqueline cita que o valor de R\$ 140.00,00  
227 para o CER de Itajai já pode ser repassado nessa próxima CIB? Cita que já  
228 apresentaram a produção e está tudo de acordo. Fábio sugere que a SES faça  
229 encontro de contas do que for repassado pelo MS e pelo estado nesse período da  
230 portaria, para que não haja duplicidade de pagamentos. Jaqueline cita que seria um  
231 serviço por macrorregião. Se o CER da Macrorregião não for capacitado para o  
232 atendimento, outro serviço poderia assumir os atendimentos se cumprir os critérios  
233 da portaria. Claiton Camargo, Secretário Municipal de Lages informa que na última  
234 reunião da Serra foi aprovado o CER de Lages, já foi encaminhado o processo, mas  
235 ainda não está habilitado. Jaqueline esclarece que ainda não recebeu.

236 **Encaminhamentos:** Jaqueline entrará em contato com o MS para clarear as  
237 informações referentes às habilitações e o faturamento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

238

239 **8. REVISÃO DAS DIRETRIZES PARA ATENÇÃO À SAÚDE DAS PESSOAS**  
240 **TRAQUEOSTOMIZADAS E /OU LARINGECTOMIZADAS (DELIBERAÇÃO 202/CIB/2019 –**  
241 **ATPCD (SUR).**

242 Jaqueline Reginatto coloca que foi solicitada a retificação da Deliberação 2022,  
243 porque foi incluída a laringe eletrônica na tabela SIGTAP e pago pelo MS. Com a  
244 inclusão desse item, foi solicitada a revisão das diretrizes. Anteriormente somente o  
245 médico de cabeça e pescoço poderia solicitar o procedimento. Agora, outros  
246 médicos como o otorrino, cancerologista, fonoaudiólogo e outros podem solicitar.  
247 Embora, essas solicitações continuam dentro dos UNACONS e CACONS, limita os  
248 serviços que podem solicitar. São 16 serviços de referências para a solicitação  
249 insumos que são os UNACONS do estado, porém, nem todos os 16 podem solicitar,  
250 somente alguns possuem a classificação para solicitar.. O anexo V traz os serviços  
251 que podem solicitar esses procedimentos. Mo anexo IV traz os serviços existentes  
252 no estado. Foi feito um comparativo de quais serviços podem adquirir os insumos e  
253 quais não podem solicitar. Jaqueline questiona que, a SES adquiria os insumos  
254 para os serviços, como agora, houver a inclusão na tabela SIGTAP, alguns  
255 UNACONS poderão fazer a aquisição, passa-se a aquisição para esses serviços ou  
256 a SES continua comprando as laringes? Jaqueline cita que, além das laringes, há  
257 outros itens adquiridos. Jaqueline cita que OO MS pagará 06 meses de FAEC para  
258 fazer série histórica. Talvez, nesse período, passe para o MAC. Jaqueline cita que o  
259 que mais prescreve laringe é o CEPON e o CEPON não possui classificação para  
260 aquisição de laringe. Fábio de Souza questiona quanto aos formulários que o  
261 serviço tem que preencher. Jaqueline esclarece que, sobre a aquisição da laringe, o  
262 serviço somente prestará contas a SES para o encontro de contas, não é  
263 necessário preencher os formulários. Para os demais insumos, continuam os  
264 formulários, pois continuarão a ser fornecidos pela SES. Jaqueline questiona se os  
265 05 serviços lançarão a produção, esses que possuem a classificação e,  
266 posteriormente, farão o encontro de contas da SES ou a SES continuará adquirindo  
267 as laringes? O anexo XI traz os serviços que são habilitados. Jaqueline cita que  
268 alguns serviços estão na gestão do município. Carmem sugere que Jaqueline  
269 contate com o Cosems sobre os encaminhamentos. Cláudia Gonsalves sugere que  
270 a própria SUR faça um novo levantamento e traga os dados mais esclarecedores.

271 **Encaminhamentos:** Voltará para a próxima reunião.

272

273 **9. REVISÃO DAS DIRETRIZES PARA ATENÇÃO À SAÚDE DAS PESSOAS COM OSTOMIAS**  
274 **INTESTINAIS, URINÁRIAS E/OU FÍSTULAS CUTÂNEAS (DELIBERAÇÃO 213/CIB/2017) –**  
275 **ATPCD (SUR).**

276 Jaqueline Reginatto trouxe as diretrizes para a revisão do item. Não envolve  
277 questão de recurso. Antes havia uma ficha de cadastro e foi retirada essa ficha de  
278 cadastro. Foi alterado o fluxo, pois hoje o fluxo vem pelo SGPE. E foi incluído no  
279 fim, no item XIV que são os critérios para a prescrição. Jaqueline cita que havia  
280 muita devolução de insumos que são de alto valor para aquisição. Ressalta que são  
281 itens técnicos que foram revisados. Nas considerações gerais, Jaqueline esclarece  
282 que as ostomias estão dentro das cirurgias eletivas, Deliberação 008/2021.

283

284 Odair Felipe solicita que a retirada do duplo J seja revisada, pois os prestadores da  
285 região não estão aceitando a retirada pelo valor proposto. Fábio de Souza sugere



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

286 que haja uma pontuação dentro da PHC sobre a retirada de certos materiais. Fábio  
287 enfatiza que os médicos realizam as cirurgias e depois não querem retirar essas  
288 órteses, fazer a continuidade do tratamento. Carmem refere que, o prestador que  
289 faz a cirurgia deve ser o autorizador da retirada e alguma órtese. Questiona se é  
290 possível vincular a cirurgia com a retirada. Fábio coloca que em Jaraguá do Sul  
291 pagam um complemento de R\$ 400,00 para a retirada de uma órtese, além de todo  
292 pagamento feito na PHC. Isso é falta de cumprimento por parte dos prestadores.  
293 Carmem cita que é necessário realizar uma boa gestão dos contratos. Carmem  
294 lembra que em 2022 as metas serão cobradas. Não foram cobradas até agora em  
295 função da pandemia. Carmem informa que haverá treinamento sobre os contratos.  
296 Serão 40h online de aperfeiçoamento dos contratos. É necessário melhorar a  
297 gestão. Fábio de Souza solicita que a SES padronize os planos operativos. Hanna  
298 cita que os municípios podem copiar os editais disponibilizados pela SES.  
299 **Encaminhamentos:** Serão estudadas essas revisões.

300  
301  
302  
303

LOURDES DE COSTA REMOR  
**Secretária da Comissão Intergestores Bipartite**